

**AS TRAJETÓRIAS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO NO
PENSAMENTO DE GEORG FRIEDRICH LIST**

Flavia Maria Morais Lazzaretti¹
Júlio Eduardo Rohenkohl²

RESUMO

O presente artigo - por meio de pesquisa fundamentada na leitura das principais obras de Georg Friedrich List, Esboço da Economia Política Americana e Sistema Nacional de Economia Política, e em contribuições recentes de historiadores econômicos - tem como objetivo principal descrever a trajetória de desenvolvimento de Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos da América do século XVIII a meados do século XIX. Para alcançar este objetivo foi efetuada uma comparação entre as descrições e interpretações dos diferentes autores. Verificou-se uma significativa similaridade entre os conteúdos apresentados por List (1983; 2009) e as interpretações dos demais historiadores econômicos quanto à evolução das forças produtivas nacionais. Os complementos aos relatos de List dão conta de que: *a*) a Inglaterra era fonte de transbordamento de conhecimentos produtivos e capital para as nações mais atrasadas; *b*) a proteção tarifária não era tão importante para o desenvolvimento nacional como supunha List (1983); e *c*) os trabalhos de Tilly (1978) e Philip (1980) proporcionam informações objetivas que permitem precisar que a agricultura alemã teve a sua produção condicionada a normativas feudais da Idade Média até a metade do século XIX. Dentre os principais aspectos das economias nacionais vivenciadas por List estão a nação e as forças produtivas, interligando os setores agrícola, industrial e comercial.

Palavras-chaves: List, nação, forças produtivas.

ABSTRACT

This article - through research based on the reading of the major works of Georg Friedrich List, Economy American Policy Outline and National Economic Policy System, and recent contributions of economic historians - has as the main objective to describe the development path of England, Germany and the United States of America from the eighteenth century to the mid-nineteenth century. To achieve this goal was made a comparison between the descriptions and interpretations of different authors. There was a significant similarity between the content presented by List (1983; 2009) and the interpretations of other economic historians regarding the development of national productive forces. The additions to List's reports realize that: *a*) England was the overflowing source of productive knowledge and capital to the most backward nations; *b*) tariff protection was not as important to national development as was supposed by List (1983); and *c*) Tilly's (1978) and Philip's (1980) works provide objective information that allows to specify that German agriculture had its production conditioned by feudal norms from the Middle Ages to the mid-nineteenth century. Among the main aspects of national economies experienced by List are the nation and the productive forces, linking the agricultural, industrial and commercial sectors.

Keywords: List, nation, productive forces.

INTRODUÇÃO

A importância da Nação como instância de debate e execução de estratégias de desenvolvimento econômico é tema de investigação acadêmica há mais de século. Um dos recortes analíticos mais recentes e importantes a tocar na temática é o Sistema Nacional de

¹Mestre do Programa de Pós - Graduação em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: flaviamlazzaretti@gmail.com .

² Professor Doutor Adjunto do Curso de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: julioroh@gmail.com .

Inovação. O conceito foi criado em meados dos anos de 1980, quando tomava corpo a tese sobre a aceleração da globalização econômica. A capacidade inovativa de um país ou região é vista como resultado das relações entre os atores econômicos, políticos e sociais, e reflete condições culturais e institucionais próprias. É reconhecido que o conceito de Sistemas Nacionais de Inovação é tributário das ideias de Georg Friedrich List (FREEMAN, 2004; CASSIOLATO E LASTRES 2005). A produção do economista germânico também influenciou a produção de autores ligados à CEPAL, Comissão para a América Latina e o Caribe. A visão cepalina aponta que a ruptura com um padrão de especialização na produção e exportação de produtos primários ocorreria a partir da incorporação e disseminação da industrialização nas economias nacionais (CASSIOLATO E LASTRES, 2005; FONSECA, 2000

O método utilizado por List, conforme Pereira & Menezes (2008), é histórico. Porém, o próprio List afirma que além das experiências históricas, conduziu sua obra pela confluência entre a teoria e a prática para tornar a Economia Política mais compreensível aos leitores. “Esse livro da vida real, estudei-o com seriedade e diligência, comparando-o com os resultados dos meus estudos, experiência e reflexões anteriores” (LIST, 1983, p. 5). List combinava a descrição histórica com a observação da situação efetiva das nações em suas estadas em diferentes países da Europa e nos Estados Unidos, realizando estudos comparados de trajetórias nacionais.

Da produção da obra³ de List à contemporaneidade, os estudiosos⁴ de história econômica coletaram novas informações sobre a indústria, a agricultura e o comércio das nações para o período investigado. Novas informações organizadas com um distanciamento maior aos eventos, de modo a observá-los após a repercussão total de seus efeitos, trazem a oportunidade de rever as trajetórias de desenvolvimento nacionais e descrevê-las com maior

³As principais obras de List são 1) *Outlines of American Political Economy*, que teve a sua primeira edição publicada em 1827, nos Estados Unidos da América, cuja versão utilizada foi a traduzida para o português como Esboço de Economia Política Americana, e incluída no livro Cartas da Economia Nacional Contra o Livre Comércio, de 2009; e 2) *Das Nationale System Der Politischen Ökonomie*, com primeira edição publicada em 1841, na Alemanha, cujas versões consultadas foram *Sistema Nacional de Economia Política*, traduzida para o português em 1983 e 1986, e a traduzida para o inglês *The National System of Political Economy*, publicada em 1846.

⁴ Especificamente Philip (1980), Hobsbawm (1961 e 1977), Tilly (1989), Chang (2004) e Freeman (2008). A escolha dos autores ocorreu de duas: primeiramente, os autores Philip (1980), Hobsbawm (1977) e Tilly (1989) são conceituados historiadores econômicos e explicitam a conjuntura das nações aproximadamente no mesmo período sobre o qual List se debruçou; segundo, Chang (2004) e Freeman (2008) por serem autores contemporâneos que resgatam a argumentação de List. Cada um destes autores persegue objetivos distintos uns dos outros em seus trabalhos, e comparar obras inteiras não faria sentido. Selecionaram-se as passagens utilizadas para compatibilizar as informações e organizar a descrição, delimitando-se o período histórico e o objeto de interesse. Foram selecionadas partes dos trabalhos que cobriam período e objeto correspondente a List (1983; 2009) e a descrição da organização da produção agrícola, industrial e comercial

robustez e serenidade. Mesmo sem exaurir a cobertura do tema, a descrição das trajetórias de desenvolvimento com novas informações e olhares modernos renova a comunicação e contribui para o reestudo deste economista na medida em que é facilitada a apreensão de suas ideias.

Introduz-se o pensamento de List por meio de uma releitura das trajetórias de desenvolvimento das três nações à quais ele dedicou mais atenção. Objetiva-se identificar aspectos centrais da trajetória de desenvolvimento de Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos da América entre o início do século XVIII a metade do século XIX. Acrescentam-se aos relatos de List (1983, 2009) descrições de autores contemporâneos que se debruçaram sobre a história dessas nações a fim de obter um quadro mais completo dessas economias nacionais do que o originalmente apresentado.

A noção de desenvolvimento, subjacente a este trabalho, é de que o desenvolvimento ocorre quando há aumento de produção e renda a partir da coordenação produtiva entre os setores econômicos agricultura, indústria e comércio; tal coordenação está implicada na estrutura econômica, política e institucional nacional.

O artigo conta, além desta introdução, com mais uma seção sobre as trajetórias nacionais de desenvolvimento que engloba a descrição histórica para três nações muito importantes na obra econômica de List e em sua atuação empresarial e política: a Inglaterra, os Estados Unidos e a Alemanha. E por fim, as considerações finais.

2. A UNIDADE POLÍTICA E ECONÔMICA DA INGLATERRA

Cabe ressaltar que séculos antes da Inglaterra se consolidar como nação rica no século XVIII, ela era dependente do comércio estrangeiro. Os ingleses copiaram o modelo de comércio da Liga Hanseática, uma aliança de cidades mercantis de cultura alemã entre os séculos XII e XVII. Da vida em comum levada pelos cidadãos de cidades associadas por uma liga, originou-se um espírito pelo progresso nas artes e na manufatura. Reforçadas pelo poder de liberdade e da indústria florescente, porém expostas aos ataques de piratas de terra e mar, as cidades marítimas do norte da Alemanha sentiram a necessidade de uma união mútua para sua proteção e defesa. Com esse objetivo, Hamburgo e Lübeck formaram uma liga que englobava as cidades do mar Báltico e do mar do Norte, totalizando oitenta e cinco cidades (LIST, 1983). A Liga estabeleceu uma política comercial comum⁵.

⁵ Os hanseáticos sabiam que a criação e a manutenção de um vasto comércio marítimo necessitavam de proteção. Para tanto, criaram uma poderosa esquadra naval e sancionaram uma lei pela qual os bens e produtos da Hansa só poderiam ser transportados por embarcações de bandeira hanseáticas e, ao mesmo tempo, fundaram grande número de postos de pesca. Apesar de tantos feitos, o comércio dessas cidades hanseáticas não era um comércio *nacional*, não era baseado na preponderância igual e no desenvolvimento perfeito dos poderes internos de

A Liga promoveu o comércio com distintas nações, produziu e comercializou vários produtos manufaturados com outras nações. A Inglaterra, por sua vez, forneceu lã, estanho, couro cru, manteiga e outros produtos minerais e agrícolas para os hanseáticos, recebendo em troca os bens manufaturados. Após manufaturarem as matérias-primas inglesas e continentais, os hanseáticos trocavam tecidos e roupas e outros artigos por produtos manufaturados orientais. Foi a partir desse modelo que os ingleses se deram conta que podiam manufaturar a sua própria lã. Atraíram tecelões flamengos e, já com certa quantia de tecelões produzindo internamente, os ingleses proibiram o uso de qualquer tecido estrangeiro. Consequentemente, a indústria inglesa de lã desenvolveu-se e sua capacidade produtiva exerceu uma influência a todo comércio exterior (LIST, 1983).

List (1986) ressalta que a Inglaterra, no início do século XVIII, diferente da Liga Hanseática, possuía uma unidade nacional e poder para promover o crescimento na agricultura e na manufatura. As fontes da grandeza industrial e comercial foram identificadas na criação de ovelhas e na manufatura da lã.

2.1 A agricultura britânica

Até o início do século XVIII, os nobres na maioria dos países europeus não reconheciam outra maneira de utilizar a maior parte de suas propriedades rurais do que criando grandes quantidades de cervos. A inovação da aristocracia inglesa de criar ovelhas implicou um significativo desenvolvimento econômico na medida em que contribuiu para o aprimoramento dos métodos da agricultura e forneceu matéria-prima para a indústria de tecelagem da lã (LIST, 1986).

Philip (1980) afirma que além da criação de carneiros naquele período, o predomínio dos senhores neste setor, favoreceu o enorme progresso nas técnicas agrícolas do país. As terras concentradas nas mãos dos senhores passaram a ser destinadas aos produtos alimentares, dentre os quais estavam as culturas de alho e do trevo, a fim de aumentar o rendimento agropecuário.

Para Hobsbawm (1977), a Inglaterra nos meados do século XIX apresentava-se em um grau supremo de desenvolvimento econômico e lucro privado devido o apoio de políticas governamentais. No setor agrícola havia uma relativa quantidade de proprietários com espírito comercial e já quase monopolizava a terra, que era cultivada por arrendatários empregando camponeses sem terra ou pequenos agricultores.

produção, nem era sustentado por um poder político adequado. Os vínculos que mantinham unidos os membros da Liga Hanseática eram muito fracos, a disputa entre eles pelo poder tomava o lugar o patriotismo (LIST, 1983).

De acordo Freeman (2008), a produtividade da agricultura britânica cresceu durante todo o século XVIII. Hobsbawm (1977) relata que em termos de tecnologia e de investimento de capital, as mudanças nesse tempo foram provavelmente bastante modestas até a década de 1840, o período em que se pode dizer que a ciência e a engenharia agrícolas atingiram a maturidade. O vasto aumento na produção, que capacitou as atividades agrícolas britânicas na década de 1830 a fornecer 98% dos cereais consumidos por uma população duas a três vezes maior que meados do século XVIII foi obtido pela adoção geral de métodos descobertos no início do século XVIII, pela racionalização e pela expansão da área cultivada.

A agricultura já estava organizada para levar a termo suas três funções fundamentais numa era de industrialização: aumentar a produção e a produtividade de modo a alimentar uma população não agrícola em rápido crescimento; fornecer um grande e crescente excedente de recrutas em potencial para as cidades e as indústrias; e fornecer um mecanismo para o acúmulo de capital a ser usado nos setores mais modernos da economia (HOBSBAWM, 1977).

2.2 A indústria britânica

No século XVIII, a indústria de lanifícios trabalhava a lã dos carneiros britânicos; dispunha, por conseguinte de uma matéria-prima certa, cujo preço encontrava-se estabilizado por regulamentos corporativos. A partir de então, a revolução industrial no país concentrou-se principalmente na produção de algodão e na siderurgia. Após a conquista das Índias, a Inglaterra observou uma grande quantidade de produtos vindos desse país, em particular os tecidos de seda e de algodão do Decão⁶(LIST, 1983.)

Os manufatureiros estavam preocupados com esta concorrência à indústria de lanifícios tradicional. A sua influência no Parlamento era suficiente para que o Estado interviesse e proibisse a importação dos produtos algodoeiros indianos. Perante a proibição de importação dos tecidos de algodão indianos, na própria Grã Bretanha se fundaram fábricas para o tratamento de algodão bruto que continuava livremente importado. Era uma indústria nova, um produto novo, uma matéria prima que tinha de ser transformada com preços estáveis para competir com os produtos indianos (PHILIP, 1980).

Chang (2004) aborda que a Grã Bretanha alegava ser a única que praticou o *laissez-faire* e se desenvolveu sem intervenção estatal. Todavia, essa política estava longe de ser verdade. Desde o período em que os reis Henrique VII(1485-1509) e Elizabete I (1558-1608) governavam o país houve políticas de estímulo à manufatura têxtil e a Inglaterra. A nação era

⁶ Vasto planalto, localizado na Índia.

muito dependente da exportação de lã bruta dos Países Baixos e transformou-se numa das maiores fabricantes de lã do mundo. No reinado de Elizabete I, o país ganhou confiança suficiente na competitividade internacional da sua indústria para proibir definitivamente a exportação lã bruta. Isso, por sua vez, resultou na ruína dos Países Baixos.

O primeiro passo e o mais importante componente dessa política industrial era, claramente, a proteção tarifária. A Grã-Bretanha teve tarifas muito elevadas sobre produtos de fabricação até o final da década de 1820. A indústria de algodão indiano foi posteriormente destruída com o fim do monopólio da Companhia das Índias Orientais em 1813, ponto a partir do qual a Grã-Bretanha tornou-se um produtor mais eficiente do que a Índia (CHANG, 2004).

Hobsbawm (1977) aborda que a Grã-Bretanha possuía uma economia bastante forte e um Estado suficientemente agressivo para conquistar os mercados de seus competidores. Possuía uma indústria admiravelmente ajustada à revolução industrial pioneira sob condições capitalistas e uma conjuntura econômica que permitia que se lançasse à indústria algodoeira e à expansão colonial. A indústria algodoeira britânica, como todas as outras indústrias algodoeiras, tinha originalmente se desenvolvido como um subproduto do comércio ultramarino, que fornecia sua matéria-prima e os tecidos indianos de algodão inicialmente revendidos pelos ingleses, e que posteriormente vieram a ser imitados nas fábricas britânicas.

A Inglaterra passou pelo processo de transição da produção domiciliar para a indústria têxtil. A indústria, principalmente a de lã, já era bem desenvolvida, mas a produção ainda não era baseada em máquinas e nas fábricas. Foi a transição para a produção fabril que proporcionou não somente para os mecânicos, mas também uma variedade de imaginativos empresários, a oportunidade de ingressar nestes ramos (FREEMAN, 2008).

De acordo Freeman (2008), o surto de crescimento da indústria britânica⁷ não ocorreu em todos os ramos industriais, mas caracterizou-se pelo crescimento excepcionalmente rápido de alguns poucos líderes, sobretudo, a indústria têxtil de algodão, e em menor medida a metalurgia de ferro. A participação da primeira no total do valor adicionado pela indústria cresceu 2,6% em 1770 para 17% em 1801.

A siderurgia foi a segunda indústria de transformação da Inglaterra. O início de sua modernização foi posterior à indústria têxtil, após as guerras contra Napoleão. A siderurgia utilizava como elementos de transformação o minério de ferro e o carvão vegetal. Entretanto,

⁷ A taxa de crescimento do produto industrial britânico no período entre 1700 e 1780 variou entre meio e um por cento ao ano, mas entre 1780 e 1870, elevou-se para mais de três por cento, uma taxa alta para a época. Isso representou uma transição para uma taxa de crescimento econômico sustentado por um longo período e superior a qualquer outra previamente alcançada na história da humanidade.

as florestas da Inglaterra estavam se esgotando de forma rápida, e o país teve que procurar outra fonte de energia que substituísse o carvão vegetal. A alternativa encontrada foi a hulha (espécie de carvão mineral) (PHILIP, 1980).

No período inicial da Revolução Industrial, os empresários perceberam a necessidade de proteger suas inovações. As políticas nacionais de proteção às invenções e inovação faziam parte das armas políticas. Aqueles que eram pegos exportando segredo dos ofícios sofriam pesadas punições. Quando Samuel Slater contrabandeou os segredos da máquina movida a água (fiandeira hidráulica) para os Estados Unidos, tomou o devido cuidado, não levando consigo qualquer desenho e instrução por escrito ao embarcar em um navio (FREEMAN, 2008).

Uma série de invenções e melhorias que proporcionaram os grandes aumentos na produtividade, cuja exploração ocorreu no novo sistema de produção britânica baseado em fábricas. Estas melhorias nas tecnologias de processo possibilitaram rápidas reduções de preços, as quais, por sua vez deram origem à força competitiva que tornou as exportações britânicas de produtos têxteis mais baratos do que os tecidos indianos e asiáticos (FREEMAN, 2008).

List argumentava que o país somente começou ampliar a infraestrutura interna de transportes (canais fluviais, estrada e ferrovias) quando o setor manufatureiro tornou-se forte. Desde então, ficou evidente para os observadores que para concretizar tais obras em uma nação o setor manufatureiro deverá desenvolver-se em larga escala; que somente um país, que desenvolveu em regime de concorrência os seus recursos manufatureiros e agrícolas internos, os dispendiosos meios, instrumentos e equipamentos para o comércio compensarão os custos incorridos; e que somente em tal país esses instrumentos cumpriram adequadamente sua finalidade.

2.3 O comércio britânico

Os ingleses foram estimulados pela política real e passaram a dirigir suas próprias energias para o comércio pesqueiro. Essas energias não eram voltadas exclusivamente para o consumo interno de peixes, mas sim para uma estratégia de crescimento do país, ou seja, os ingleses queriam extrair de cada continente europeu suas habilidades nos setores específicos através do comércio. Para tanto, era fundamental o domínio do mar. A indústria da pesca promovia o desenvolvimento da indústria naval e o adestramento de navegadores, elementos fundamentais para uma marinha (LIST, 1983).

Com as Leis de Navegação, a Inglaterra garantiu a evolução de sua marinha mercante e um aumento importante de seu poder naval, o que permitiu aos ingleses derrotar a frota

holandesa. O assunto das restrições às navegações efetuado pela Inglaterra constitui em um terrível problema aos defensores do livre comércio, ao ponto de emudecerem sobre esse tema. (LIST, 1983).

A Inglaterra com sua política aumentou seu poderio naval, e por meio deste ampliou o raio de atuação manufatureira e comercial, e finalmente, por meio dessa ampliação, aumentou novamente seu poderio marítimo e suas possessões comerciais. Os ingleses adotaram uma política de restrições comerciais quando já estavam em um elevado grau de desenvolvimento e possuíam um poder e uma unidade nacional para favorecer a novos recursos produtivos e desenvolver suas forças produtivas (LIST, 1983).

Conforme Chang (2004), em 1833 ocorreu uma forte redução tarifária. A grande mudança acentuou-se em 1846, quando a tarifa *Corn Law* foi revogada e diversas tarifas sobre bens manufaturados foram abolidas. Em 1860 o número de produtos isentos de taxas ampliou - se. No entanto, o regime de livre comércio não durou muito. Na década de 1880, alguns fabricantes em dificuldade reivindicaram a proteção, e as tarifas voltaram no início do século XX. Deve-se notar que mesmo a política de livre comércio da Grã-Bretanha foi motivada, em parte, pelo seu desejo de promover as suas indústrias. Muitos dos advogados do comércio livre, inclusive um de seus líderes, Richard Cobden⁸, acreditavam que a importação livre de produtos agrícolas pela Grã-Bretanha iria desencorajar a produção industrial em países concorrentes, levando-os a se especializarem em mercadorias agrícolas.

O quadro abaixo mostra uma síntese das contribuições dos autores com o objeto e período analisado metodologicamente.

Quadro 1: Desenvolvimento das Forças Produtivas da Inglaterra, no período de 1750 a 1900

Autores	Agricultura	Indústria	Comércio
List (1983/86)	- lã - Cereais	- Manufatura da lã, algodão; - Artesões; - Metalúrgica de ferro e aço. - conquistas na arte ciências.	- proteção tarifária e leis de navegação; - transporte marítimo, fluvial e ferroviário. -supremacia industrial e comercial.
Philip (1980)	- lã -alho e trevo	Manufatura da lã e do algodão; - Minério de ferro e carvão vegetal	- Proibição de importação de tecidos indianos. - desenvolvimento da indústria têxtil e da siderurgia. -transporte ferroviário.
Hobsbawm (1977)	Agricultura funcional para a industrialização e	- Manufatura do algodão; - Ciência e engenharias agrícolas.	- Conquistar seus mercados competidores. - transbordamento técnico e de

⁸ Richard Cobden (1804- 1865) foi um industrial, economista, político britânico, membro radical do partido liberal e mentor de uma associação nacional contra as Corn Laws, intitulada de Liga Anti - Lei dos Grãos.

	urbanização		capital para as nações competidoras.
Chang (2004)	- lã	- Manufatura da lã	<ul style="list-style-type: none"> - competitividade internacional; - estratégia de promoção da indústria britânica; - abertura tarifária por liberalismo econômico, exploração da supremacia industrial e tentativa de induzir especialização produtiva de rivais.
Freeman (2008)	- lã	<ul style="list-style-type: none"> - Manufatura da lã e do algodão; - Metalurgia de ferro; - patentes industriais; 	<ul style="list-style-type: none"> - Importação de algodão da Índia e da colônia norte-americana. - infraestrutura de transporte

Fonte: Elaborada pelos autores.

3.4 Discussão

Do estudo do caso inglês, List (1983) extrai algumas proposições. Primeiramente, para o desenvolvimento econômico ganhar corpo, o setor manufatureiro deverá operar em larga escala. Em segundo lugar, que somente em um país que desenvolveu em regime de concorrência seus recursos manufatureiros e agrícolas internos, os dispendiosos meios, instrumentos e equipamentos para o comércio cumprem adequadamente sua finalidade e compensam os custos incorridos. Por fim, o poder político e militar em uma nação é mais relevante que a riqueza, pois uma nação, por meio de poder, não somente tem capacidade de gerar novas forças produtivas, como também de manter posse da riqueza adquirida em tempos anteriores e em tempos mais recentes. O inverso deterioraria tudo o que já haveria alcançado, não somente a riqueza conquistada, mas também as forças de produção, a civilização, a liberdade e até independência nacional, caindo nas mãos daqueles que a superaram em poder e potência.

Conforme List (1983), cada movimento político, cada guerra ocorrida no continente europeu trouxe aos ingleses grandes quantidades de capital e de novos talentos. A Inglaterra soube organizar um ambiente de liberdade, de proteção interna para os empreendimentos, de proteção legal, proporcionando o bem-estar da nação.

Na perspectiva desenvolvida por List (1983), o poder industrial e naval inglês combinado com as suas estratégias comerciais agressivas eram uma ameaça ao desenvolvimento das demais nações.

No entanto, Hobsbawm (1977) argumenta que o sucesso britânico oferecia transbordamentos que facilitaram o desenvolvimento de outros países.

Uma vez iniciada a industrialização na Grã-Bretanha, outros países podiam começar a aproveitar dos benefícios da rápida expansão econômica que a revolução industrial pioneira estimulava. Além do mais, o sucesso britânico provou o que se podia conseguir com ela, a técnica britânica podia ser imitada, o capital e a habilidade britânica podiam ser importados. A indústria têxtil saxônica, incapaz de criar seus próprios inventos, copiou os modelos ingleses, às vezes com a supervisão de mecânicos ingleses; os ingleses que tinham certo gosto pelo continente, como os Cockerill, estabeleceram-se na Bélgica e em várias partes da Alemanha. Nos períodos entre 1789 e 1848 a Europa e a América foram inundadas por especialistas, máquinas a vapor, maquinaria para processamento e transformação do algodão e investimentos britânicos. Assim a Grã-Bretanha não gozava dessas vantagens (Hobsbawm, 1977, p.57).

De acordo com Chang (2004), com a Revolução Industrial, na segunda metade do século XVIII, a Inglaterra começou a expandir sua liderança tecnológica em relação a outros países. No entanto, mesmo assim, prosseguiu a sua política industrial até meados do século XIX, altura em que a sua supremacia tecnológica já era incontestável.

O quadro abaixo compara as contribuições dos autores para ressaltar semelhanças e divergências.

Quadro 2: Semelhanças e complementos em relação à descrição da trajetória de desenvolvimento da Inglaterra

	Inglaterra
Pontos semelhantes a List	Os autores Philip (1980), Hobsbawm (1977), Chang (2004) e Freeman (2008) convergem com List (1983, 1986) sobre o grau elevado de capacidade produtiva na agricultura e indústria e crescente organização comercial da Inglaterra, bem como o setor de transportes que estava auxiliando o crescimento da nação. Chang (2004) também relata ações inglesas para estimular os setores industriais e induzir a especialização agrícola de outras nações. Freeman (2008) traz muitas informações sobre o desenvolvimento tecnológico e apropriação intelectual que reforçam os argumentos de List (1983) sobre a importância do desenvolvimento técnico e do capital mental.
Complementos aos relatos de List	Enquanto List (1983, 1986) afirmava que a supremacia comercial da nação estava retardando as demais nações, Hobsbawm (1977) afirma que o país fornecia conhecimento e capital e servia de parâmetro de imitação para o crescimento das outras nações, e Freeman (2008) exemplifica o transbordamento de conhecimento ao estrangeiro,

Fonte: Elaborada pelos autores.

3. O DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL NA ALEMANHA

List (2009) afirmava que a relação que tinha com a Alemanha é como aquela das mães com as crianças aleijadas; quanto mais aleijadas elas são, mais elas lhe dedicam amor. Por ser alemão, tinha conhecimento da situação econômica e política deste território.

Pereira e Menezes (2008) ressaltam que o período entre 1818 e 1834 foi marcado por uma economia alemã não muito desenvolvida. A economia era baseada na agricultura, uma

agricultura que não possuía técnicas modernas de produção, de pouca produtividade e incapaz de evitar crises de escassez. As atividades comerciais e industriais viam seu desenvolvimento entravado por divisões políticas, em que multiplicavam linhas aduaneiras e sistemas monetários, pela insuficiência dos meios de transporte, dos capitais e pela falta de organização do crédito. A sociedade aristocrática alemã, de grandes proprietários de terras, continuaria existindo e tendo poder durante muito tempo; entretanto, passaria a sentir o peso das transformações sociais sobre aquela sociedade “semifeudal”.

Freeman (2004) argumenta que houve outros aspectos da herança de List que realmente foram mais importantes do que suas doutrinas protecionistas em moldar o clima de opiniões e de políticas na Alemanha e menos diretamente em outras nações. Nesses aspectos se destacam às vantagens iniciais auferidas na indústria alemã e na economia alemã, através de seu desenvolvimento, foram de um sistema de primeira linha em educar e formar os artesãos, técnicos e tecnólogos.

3. 1 O setor agrícola germânico

List (1983) reintera sobre a Antiga Germânia medieval argumentando que não havia investimentos no setor agrícola, pois grande parte da terra era dedicada a pastagens e parques para o jogo. A agricultura era considerada insignificante e primitiva e foi designada aos servos e as mulheres. A ocupação dos homens livres era a guerra e a caça; e esta era a origem de toda a nobreza germânica.

Os nobres alemães aderiram firmemente a este sistema durante a Idade Média, rejeitando o setor agrícola, opondo-se à manufatura e ignorando uma futura prosperidade desses setores. Os nobres alemães conservaram essa cultura por muitos anos, preservando suas propriedades para a manutenção da caça (javalis, lebres e cervos) com ajardinamento e com reflorestamento (LIST, 1983). A agricultura alemã permaneceu por muito tempo em uma situação estagnada, embora não se possa ignorar a influência das cidades⁹ e dos mosteiros sobre as regiões localizadas nas proximidades agrícolas.

Hobsbawm (1977) ressalta que, em 1879, as burocracias de inúmeros pequenos principados, que eram pouco mais que grandes propriedades, administravam os anseios das altezas com os impostos cobrados do campesinato. A cidade provinciana de fins do século

⁹ As cidades surgiam nas antigas colônias romanas, nas sedes dos príncipes e eclesiásticos, onde houvesse interesse do imperador, e também em lugares onde a pesca, combinada às facilidades de transporte por terra e mar, oferecia vantagem. As cidades prosperavam pelas necessidades locais e pelo transporte externo. Os mosteiros nesse contexto se destacavam porque os monges, ao ficarem muito tempo isolados, contribuíram para o progresso intelectual, desenvolvendo novas técnicas científicas para suprir suas necessidades mediante a produção manufatureira (LIST, 1983).

XVIII podia ser uma próspera comunidade em expansão e essa prosperidade advinha do campo. Entretanto, no período entre 1815 a 1830 a agricultura do país definhava. Na década de 1830, na Alemanha, as reclamações vinham sobre o crescente empobrecimento e a escassez de alimentos. O ponto crucial do problema agrário era a relação entre os que cultivavam a terra e os que a possuíam, os que produziam sua riqueza e os que a acumulavam.

Tilly (1978) descreve que no século XIX, o setor agrícola foi de grande importância para o desenvolvimento da nação alemã. O autor discorre que nas décadas de 1806-1816, houve maior utilização dos fatores de produção terra, trabalho e capital pelo setor agrícola. Como resultado, ocorreu aumento substancial do nível global da produção. Há alguma evidência de "superprodução" durante o início de 1820. Porém, no horizonte de 1820-1850, os termos de troca tenderam a favorecer a agricultura - uma das razões para a sua expansão.

De acordo com Philip (1980), até o início do século XIX, a Alemanha, dividida por uma multiplicidade de pequenos principados, manteve-se essencialmente rural. Conforme o autor, o país distinguia-se em duas regiões. A estrutura de Oeste seguia com pequenas propriedades campesinas ainda submetidas aos resquícios feudais. A estrutura de Leste era, pelo contrário, a terra conquistada por uma aristocracia militar e pertencia aos senhores e aos camponeses que estavam reduzidos à servidão. Entre as duas estava Berlim, que era uma cidade de soldados, que com suas famílias, representavam mais de um terço da população.

3.2 O setor industrial

Um grande sistema da indústria nascente, capaz de fornecer produtos para o comércio de exportação, só poderia se desenvolver por uma extensa criação de ovelhas e uma ampla cultura de linho, sendo que o início da primeira onda de industrialização deu-se com a indústria têxtil. O cultivo de linho pressupõe um grau de desenvolvimento agrícola, enquanto a criação de ovelhas necessitava de proteção contra lobos e salteadores (LIST, 1983).

List (1983) descreve que a economia da Alemanha não estava somente atrasada no setor agrícola, como também na legislação, na administração do Estado e na administração da Justiça, no setor industrial, bem como em todo comércio em larga escala, com uma falta de unidade e de força na coesão nacional. Em meio a um quadro social e econômico conturbado, List (1983, 1986) assinala que os alemães preservaram uma base institucional caracterizada pela ênfase em valores relacionados ao trabalho, ordem, parcimônia, modernidade e outras características que viabilizaram o desenvolvimento das atividades produtivas e concernentes aos negócios na sociedade alemã.

Para List (1983, 1846), os fundamentos de restabelecimento da nacionalidade alemã foram colocados pelos próprios governos e pelo uso e aplicação das rendas e rendimentos das

terras eclesiásticas destinadas ao desenvolvimento intelectual. List acreditava que o desenvolvimento intelectual era uma peculiaridade positiva para o desenvolvimento alemão, ligado a investimentos em instrução, ciência e artes, da moralidade e dos objetivos do bem público.

As primeiras medidas governamentais para promover a manufatura alemã foram introduzidas pela Áustria e pela Prússia no século XVIII. A Áustria havia sofrido muito com a expulsão dos protestantes, pois eram os cidadãos mais devotos ao trabalho. Depois, em consequências das tarifas protecionistas, da criação de ovelhas, da abertura de estradas e outras melhorias, a indústria acusou notáveis progressos. O sistema alfandegário protecionista foi um mecanismo para o progresso na indústria e o crescimento da agricultura, além de uma ascensão no progresso intelectual e da cultura mental (LIST, 1983).

Corroborando com List, Tilly (1978) argumentava que a produção industrial naquele período baseava-se no setor têxtil.

“... on capital shortage in Germany in the first half of the nineteenth century concentrated on the adequacy of finance but at the same suggested quite strongly that industrial investment was of minor quantitative importance for this question. His most striking example showed Germany's largest industrial sector - the textile industries - to be absorbing only a small fraction of presumed savings during this period. In a later work treating all textile industries in the states of the Zollverein in 1846, it was estimated an increase in capital stock” (TILLY, 1978, p. 418.).

Apesar dos obstáculos estabelecidos por sistemas monetários e alfandegários, as manufaturas fizeram seu aparecimento a partir de 1830. Sendo que no período de 1825 a 1850, ocorre um expressivo aumento na produção do carvão, do ferro fundido e do cavalo-vapor utilizados. Em 1827 em virtude do aumento nas fábricas de fiação cresce a produção de têxteis. O setor industrial até 1860 conservava essencialmente o regime do artesanato doméstico disperso pela província (PHILIP, 1980).

Em 1835, foram introduzidas as primeiras ferrovias, consideradas uma das maiores inovações na Alemanha. As estradas de ferro ligavam os países e os continentes, com suas obras engenharia, estações e pontes desenvolvendo um conjunto de construções que desvaneceram do provincianismo (HOBSBAWM, 1977).

Conforme Freeman (2008), a tradição da gestão alemã era pesadamente influenciada por profissionais engenheiros, que tiveram status elevado e altas recompensas. A introdução de novas tecnologias era uma das características que diferenciou o sistema alemão da indústria britânica, além de uma alta qualidade no lado técnico. Ademais, foi extremamente importante a atuação do governo, por exemplo, no financiamento de investigação e educação,

bem como em medidas para promover indústrias estratégicas e instituições financeiras. A transferência de tecnologia promovida e coordenada pelo Estado prussiano foi altamente bem sucedida, as indústrias de máquinas operatrizes e a construção mecânica da Alemanha passaram a ser capazes de projetar e fabricar máquinas necessárias para fazer locomotivas a vapor no país nas décadas de 1840 e 1850, o que criou condições para ultrapassar a Grã Bretanha.

Freeman (2004) salienta que a importante invenção do século XIX do país foi a descoberta do método de invenção em laboratório de pesquisa profissional. As universidades alemãs foram as primeiras a institucionalizar um sistema de laboratórios de ciências e formação de pós-graduação através de pesquisas de laboratório, que mais tarde tornou-se característica do ensino das ciências em geral. Isto foi especialmente importante para a nascente indústria química alemã.

A partir de 1840, com o crescimento do setor privado, diminuiu a interferência do Estado alemão no desenvolvimento industrial. Entretanto, isso não significou recuo, e sim a transição de um papel diretivo para um mais orientador. O Estado direcionou os investimentos para as bolsas de estudos, aos subsídios para empresários competentes e à organização de máquinas e processos industriais novos (TRIBILCOCK, 1981, apud CHANG, 2004).

3.3 O Setor comercial

Conforme List (1983), com as devastações da Guerra dos Trinta Anos¹⁰ a indústria da Prússia sofreu mais do que qualquer outro país. A indústria de tecido que era instalada no território de Brandemburgo foi praticamente extinta. As maiorias dos trabalhadores de tecidos haviam migrado para Saxônia, enquanto os artigos importados dos ingleses impediram qualquer concorrência. Por outro lado, a anulação do Edito de Nantes¹¹ foi vantajosa, pois um grande número de fugitivos dirigiu-se para a Prússia, fomentando a agricultura do país, estabelecendo um grande número de indústrias, e dedicando-se a ciência e a arte. Tarifas alfandegárias protegeram a produção agrícola.

¹⁰ A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) repercutiu conflitos religiosos entre católicos e protestantes e devastou todas as cidades e territórios. A Holanda e a Suíça separam-se do Império Germânico (união de territórios na Europa Central medieval), enquanto as províncias mais leais ao império foram conquistas pela França. Ao passo que, anteriormente as cidades individuais como Estrasburgo, Nuremberg e Ausburgo haviam superado em poder principados inteiros acabaram caindo na impotência total devido a introdução de exércitos efetivos (LIST, 1983, p.61).

¹¹ O Edito de Nantes de 1598 suspendeu a perseguição religiosa aos huguenotes calvinistas na França. Foi revogado em 1685, fato que levou a uma dispersão deste grupo social e de suas capacidades produtivas por outros países.

Por volta de 1820 a Alemanha inteira estava em uma só Associação Alfandegária (*Zollverein*), a qual aboliu alfândegas entre um Estado germânico e outro, estabelecendo também tarifas uniformes e unitárias comuns em relação aos produtos estrangeiros, sendo que a renda proveniente da cobrança dessas tarifas aduaneiras é distribuída entre diversos Estados alemães, de acordo com a população de cada um. Em decorrência dessa unificação aduaneira, a indústria, o comércio e a agricultura dos Estados alemães integrantes dessa Associação já registravam avanços enormes (LIST, 1983).

Philip (1980) aborda que desde 1810 os intelectuais e universitários e uma pequena parcela de classe média reclamaram por uma Constituição. Com a depressão nos anos 1846-47 veio o apoio provisório das massas artesanais e rurais, pois os preços do trigo e das batatas aumentavam em consequência das más colheitas e a Alemanha vê-se forçada a importar cereais; a indústria têxtil está em crise provocando desemprego aos assalariados e acelera a ruína dos artesões. Depois de tamanha recessão, a Prússia começa a impor-se pouco a pouco a todo país, conquistando as massas através de uma política intervencionista que visa a expansão econômica e proteção social. A partir de 1848, o *Zollverein* reúne todos os Estados a fim de proteger seus mercados. Nesse período multiplicavam-se as indústrias, as quais eram alimentadas pela transformação dos transportes.

Quadro 3: O desenvolvimento das forças produtivas da Alemanha.

Autores	Agricultura	Indústria	Comércio
List (1983/86)	- lã - cereais	- Manufatura da lã, seda, joias, chapéus, porcelana; - Progresso intelectual e cultural; - Incentivo nos transportes.	- Associação alfandegária. (<i>Zollverein</i>).
Philip (1980)	- lã; - cereais.	- Fábricas de fiação; - Carvão e ferro fundido.	- <i>Zollverein</i> .
Hobsbawm (1977)	- cereais.	- Estradas de ferro;	-
Tilly (1978)	- lã; - grãos; - superprodução agrícola.	- setor têxtil.	-
Chang (2004)	-	- Inovação nos setores de máquinas. - Ferro fundido.	<i>Zollverein</i> . Tarifas alfandegárias de importação relativamente brandas.
Freeman (2008)	-	- formar os artesões, técnicos e tecnólogos. - indústria química.	-

Fonte: Elaborado pelos autores.

3.4 Discussão

Conforme List (1983), foi propício abolir as tarifas aduaneiras internas que separava os alemães dos alemães, todavia a nação teria auferido pouca vantagem disso se sua indústria nacional permanecesse exposta a concorrência externa. O milagre ocorreu através das taxas *Zollverein* que protegeram os artigos manufaturados de uso comum. List argumenta que o *Zollverein* impôs taxas protecionistas de 20% até 60% em relação aos manufaturados de uso comum.

O setor agrícola também se beneficiou das altas taxas, em decorrência do aumento pela demanda por produtos agrícolas. Com a elevação das taxas, era notório, um crescimento da manufatura nacional, uma elevação no valor das terras com um aumento de 50 a 100%, uma ascensão nos salários, e ainda o aperfeiçoamento nos meios de transporte ou a elaboração de projetos para isso (LIST, 1983).

Em contrapartida, Chang (2004) ressalta que a Alemanha geralmente é conhecida como berço da proteção às indústrias nascentes, em aspectos tanto intelectuais quanto políticos. Contudo, descrevendo historicamente, a verdade é que a proteção tarifária teve, no desenvolvimento econômico alemão, um papel bem menos importante do que no britânico ou no norte-americano.

Chang (2004) acrescenta que na Prússia, a proteção tarifária na indústria foi moderada até 1834, quando da criação da união aduaneira, o *Zollverein*, sob sua liderança, que depois se estendeu à indústria alemã em geral. Chang (2004 apud TREBILCOCK, 1981) ressalta que as tarifas *Zollverein* não satisfaziam para dar proteção efetiva à indústria nascente, pois os fabricantes de ferro permaneceram sem tarifas até 1844 e seguiram carecendo de proteção eficaz até depois disso. O Estado prussiano resistia constantemente à pressão política dos outros Estados-membros da *Zollverein*, que reivindicavam tarifas mais elevadas. A tarifa *Zollverein* encerrou-se no final da década de 1870, em consequência do acordo bilateral de livre comércio com a França, em 1862, e da redução da alíquota de aço, em 1870.

Tabela 1 – Taxa tarifária dos produtos manufaturados¹ (em porcentagem de valor)².

Nações	1820	1875
Reino Unido	44-55	0
Alemanha	8-12	4-6
EUA	35-45	40-50

Fonte: Bairoch (1993) apud Chang (2004)

Notas:

¹Elaborado por Chang (2004, p.36).

²médias ponderadas oferecidas por Bairoch.

Nota-se a partir da Tabela 1, que a taxa de proteção da Alemanha sobre os produtos manufaturados era muito pequena, frente a da Inglaterra nos anos de 1820 e dos Estados Unidos em 1820 e 1875.

Quadro 4: Semelhanças e complementos em relação à descrição da trajetória de desenvolvimento da Alemanha

	Alemanha
Pontos semelhantes a List	Os autores Philip (1980), Hobsbawm (1977), Tilly (1978), Chang (2004) e Freeman (2008) convergem com List sobre o desenvolvimento agrícola e industrial da nação. Um marco importante foi Associação Alfandegária entre os Estados e juntamente com um Estado Atuante. A agricultura, até a primeira metade do século XIX, aumentou lentamente a sua oferta, limitada pela estrutura social feudal rural.
Complementos aos relatos de List	Chang (2004) destaca que a proteção tarifária contra terceiros do Zollverein foi branda frente ao de outros países. Isto contraria a ênfase que List deu a este fator. A capacidade de coordenação política e econômica do Estado, a organização do aprendizado técnico, bem como a livre circulação comercial interna ao bloco, ganham relevo como elementos de desenvolvimento com esta releitura.

Fonte: Elaborado pelos autores.

3. AS TARIFAS PROTECIONISTAS DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

List apresenta os esforços dos norte-americanos para a organização produtiva daquela nação em meados do século XIX. Os Estados Unidos estavam em estado intermediário de desenvolvimento, aquém do poder econômico e político da Inglaterra. O país passou por várias dificuldades, desde a sua Guerra por Independência até a guerra civil. List esteve exilado nos Estados Unidos entre 1825-30, oportunidade na qual teve reiterados contatos com o pensamento de Alexander Hamilton.

Hamilton (2009) compara a agricultura e a manufatura explicitando o comportamento desses setores e qual deles seria mais eficiente nos Estados Unidos. Na agricultura havia riscos advindos do clima, bem como da fertilidade da terra, com um considerável grau de imprevisão na forma de cultivá-la. Na manufatura, o artesão poderia fabricar o mesmo produto sem se esforçar na medida em que os demais trabalhadores se dedicam a tarefas complementares na mesma atividade e ocorre o desenvolvimento de técnicas uniformes de produção. E dessa mesma forma, poder-se-ia ter um como certo que as manufaturas ampliariam a produtividade humana. O trabalho empregado nas manufaturas era mais constante, uniforme e engenhoso do que o empregado na agricultura, e também mais produtivo.

4.1 O setor agrícola norte - americano

A agricultura, em um primeiro momento, seria mais promissora, devido às imensas extensões de território fértil, virgem e inabitado, fatores que tornavam vantajoso o emprego e

o capital convertido em fazendas produtivas. O problema que ele aponta é que, a concorrência estrangeira e a “força do hábito” impediriam que novas indústrias, que em breve poderiam ser competitivas internacionalmente - as indústrias nascentes -, se desenvolvessem no país, a menos que uma ajuda governamental compensasse os prejuízos iniciais (HAMILTON, 2009).

List (1983) defende que os americanos, com o seu bom senso e o instinto que os fez discernirem o que era necessário para a nação, acabaram com a crença das propostas dos teóricos. Além disso, os norte-americanos haviam aprendido com a experiência da agricultura, que não se pode atingir estágio elevado de prosperidade se não assegurar para o futuro a troca de produtos agrícolas por artigos manufaturados, que quando um agricultor vive na América e um manufator na Inglaterra, não é raro que o intercambio seja interrompido por guerras, crises comerciais ou tarifas estrangeiras¹² e, por conseguinte, para alcançar o bem-estar nacional o agricultor deve estar bem próximo do manufaturador.

Philip (1980) aborda que os americanos passaram por várias dificuldades para conquistar sua independência. Os colonos tinham emigrado para América por estarem fartos com o governo autoritário inglês. A intenção dos colonos era criar uma sociedade de camponeses, de pequenos artesões e comerciantes completamente independentes de qualquer autoridade superior. Por isso, após a independência foi criada uma Constituição cujo fim era o equilíbrio de forças entre os Estados federados e o governo central, entre o executivo e o legislativo no interior do governo federal, entre os representantes do povo e o Senado no interior do legislativo – sendo o conjunto, por sua vez, encabeçado por um Tribunal Supremo.

Nesse período o setor agricultura caracterizou-se pela valorização de novas terras. Os adiantamentos fornecidos pelos camponeses financiaram algumas das primeiras indústrias, e foi a partir da procura por produtos por parte dos camponeses que se constituíram os mercados internos da indústria nascente. A industrialização foi introduzida por um sistema industrial doméstico, destacando-se os artesões e os pequenos industriais do ramo têxtil (PHILIP, 1980).

Conforme Hobsbawm (1977), na década de 1790 as plantações escravagistas do sul dos Estados Unidos foram aumentadas e mantidas pelas demandas das fábricas de Lancashire (noroeste de Inglaterra), às quais forneciam a grande parte da sua produção de algodão bruto. Os Estados Unidos ressentiam-se da falta pura e simples de uma colonização e de meios de transporte para explorar seu imenso território e seus recursos aparentemente ilimitados. O mero processo de expansão interna foi bastante para manter sua economia em um crescimento

¹² As exportações americanas foram afetadas pelas restrições das *Corn Laws* inglesas desde 1815.

quase ilimitado, mediante os colonizadores, governos, missionários e comerciantes americanos que migravam em direção à costa do Pacífico.

4.2 O setor industrial norte - americano

De acordo com List (1986), por volta dos anos de 1750 os Estados Unidos eram abastecidos pela Inglaterra tanto no comércio como na indústria. O monopólio dos ingleses no setor industrial foi uma das principais causas da Revolução Americana, as taxas alfandegárias sobre o chá apenas proporcionaram uma oportunidade para a sua eclosão.

List (1983) ressalta que os norte-americanos foram libertados das restrições impostas pela Inglaterra, e estavam em posse de todos os recursos materiais e intelectuais para a necessidade da indústria. Após a independência, a nação dependia de seus próprios recursos para se desenvolver¹³.

List (1983) ressalta que foi através das costas do Atlântico que os colonizadores europeus e a civilização europeia deram início ao progresso. Na costa leste, subsequentemente, nasceram os Estados populosos e ricos, nos quais se estruturou a pesca marítima e o comércio costeiro que, por sua vez, levou a um aumento da força naval. Era através desses Estados da costa atlântica que se processava o comércio exterior do país e através deles que o país recebia a população excedente, o material, o capital e as forças intelectuais da Europa.

Conforme List (1983), as manufaturas norte-americanas começaram a progredir a partir de 1789, juntamente com um crescimento pequeno na navegação. Com a proteção da tarifa de 1804, as manufaturas norte-americanas conseguiram manter-se. No entanto, o setor industrial sucumbiria à concorrência inglesa se não fosse pela ajuda do embargo e declaração de guerra de 1812¹⁴. Em consequência desses eventos, assim como na época da Guerra da Independência, as fábricas americanas receberam um impulso tão extraordinário, a ponto de não somente suprirem a demanda interna como começarem a exportar seus produtos. A partir de 1815 a produção de lã e algodão conectou-se a um crescimento elevado na produção manufatureira; esta ligação criou inúmeros empregos. Com o crescimento do setor manufatureiro, ocorreu uma rápida elevação de todos os preços.

¹³ Durante a guerra de independência, os Estados livres da América do Norte receberam um poderoso estímulo nas manufaturas, que por sua vez teve o efeito de beneficiar a agricultura a tal ponto que, mesmo com a devastação da guerra, o valor das terras e da taxa de salários nesses Estados aumentou inesperadamente. No entanto, a constituição defeituosa dos Estados livres introduziu um sistema comercial falho, que impunha insuficiente taxação às importações, e consequentemente os ingleses entraram novamente no mercado americano, preenchendo a demanda interna do país não atendida pelas manufaturas locais. A prosperidade que tinha surgido durante a guerra desapareceu muito mais rapidamente do que tinha crescido (LIST, 1983).

¹⁴ Estados Unidos declararam guerra à Inglaterra.

De acordo Philip (1980), a partir 1815 desenvolveu-se a navegação marítima costeira. Em 1850, graças aos barcos a vapor, os percursos de navios têm o seu tempo reduzido nas rotas dos grande lagos. A partir de 1830 os americanos conhecem grande expansão econômica, com ampliação de *State Banks* com privilégios de emissão, esboça-se uma inflação geral cujo principal objetivo é estimular a produção e provocar uma alta nos preços. Entretanto, em poucos anos essa inflação provocou uma crise, levando ao desemprego muitos operários.

Em 1840 teve início a construção de linhas de ferro, predominantemente no norte e na região centro-oeste. Ocorreu o lançamento das primeiras companhias de caminhos de ferro; para encorajar esse investimento, o Estado fez concessões de terra às companhias na extensão de vinte quilômetros de cada lado da via férrea. A terra é revendida e se torna objeto de especulação, sendo comprada pelos grandes proprietários. Com o decorrer do tempo foram acrescentadas grandes vias férreas transcontinentais (PHILIP, 1980).

Hobsbawm (1977) ressalta que havia um grande entrave que atrapalhava a conversão dos Estados Unidos em uma potência econômica mundial: o conflito entre o norte agrícola e industrial e o sul semicolonial. Enquanto o norte se beneficiava absorvendo capital, mão de obra e habilidades da Europa - e notadamente da Grã-Bretanha - como uma economia independente, o sul absorvia pouco destes recursos e era uma economia tipicamente dependente da Grã-Bretanha. O norte e o sul competiam pelos territórios do oeste¹⁵.

De acordo com Chang (2004), na época de independência dos Estados Unidos, os interesses do Sul agrário se opunham ao protecionismo, enquanto o Norte defendia a proteção de suas manufaturas. Os Estados do Sul ainda estavam interessados em importar nos bens manufaturados da Inglaterra, pois eram de melhor qualidade e não haviam implantado indústrias em seu território. Enquanto, os Estados do Norte e do Oeste estavam começando a proteger suas manufaturas de pouco valor agregado, como lã, linho e bebidas alcoólicas. Isso causou uma tensão entre os Estados do Norte e do Sul.

De acordo com Freeman (2008), até a primeira metade do século XIX, apesar de uma rica dotação de recursos naturais e muitas instituições favoráveis, o crescimento dos Estados Unidos fora retardado pela falta de adequada infraestrutura de transportes para o devido aproveitamento da dotação do tamanho do país. O advento das ferrovias capacitou os

¹⁵ O sul queria desenvolver novas plantações agrícolas mediante a utilização da mão de obra escrava e o norte queria para lá vender máquinas agrícolas e lá constituir os matadouros de grande porte. O futuro da economia americana só seria decidido na Guerra Civil de 1861-5, que foi, de fato, a unificação da América através do capitalismo do norte (HOBSBAWM, 1977).

empresários norte-americanos a avançarem muito mais rapidamente do que o resto do mundo. Inicialmente o país importava boa parte da tecnologia da Europa, mas desde o começo os inventores norte-americanos foram modificando e reformulando essas tecnologias para adequá-las as circunstâncias dos EUA.

Freeman (2008) argumenta que os primeiros imigrantes foram coagidos, por uma questão de sobrevivência, a aprender através da prática as técnicas agrícolas adequadas ao continente norte-americano, e desde cedo surgiu uma pesquisa agrícola com o forte apoio público. Enquanto na Europa feudal as instituições retardavam tanto o desenvolvimento agrícola como o industrial, os Estados Unidos nunca tiveram qualquer instituição feudal, seja na agricultura ou em qualquer outra parte da economia.

Já na primeira metade do século XIX, o desenvolvimento de uma forma especificamente norte-americana de poupar mão de obra, ou seja, a trajetória tecnológica capital intensiva para produção mecanizada e padronizada, permitiu que a indústria do país viesse a ultrapassar os britânicos por volta de 1850. À medida que o século avançava, as técnicas de engenharia de produção em larga escala e as altas taxas de produção e de circulação se tornaram mais plenamente exploradas e mais amplamente difundidas. Os administradores de empresas tornaram-se mais experientes na organização e no financiamento de grandes firmas voltadas para a criação e exploração de mercados massificados (FREEMAN, 2008).

Para Freeman (2008), no final do século XIX os Estados Unidos obtiveram um significativo aumento na oferta de ferro e aço em relação à produção do início do século. Não somente na engenharia pesada, na maquinaria e nos equipamentos e nos armamentos de aço que se encontrou uma vasta variedade de novas aplicações.

4.2 O comércio norte-americano

Hamilton (2009) ressalta que os Estados Unidos não podiam comercializar com a Europa em condições de igualdade. A falta de reciprocidade os tornava vítimas do sistema europeu que forçava o país a restringir seus anseios à agricultura e a abastecer-se das manufaturas importadas. A constante e crescente necessidade americana de bens europeus e a parcial e ocasional demanda dos seus, em troca, os expunha a uma situação de empobrecimento, em lugar da riqueza a qual a vantagens naturais e políticas lhes dariam direito a aspirar. Consequentemente, competiria aos norte-americanos esforçarem-se para ficarem menos dependentes de combinações políticas do exterior. Os obstáculos que dificultavam o progresso do comércio exterior dos Estados Unidos induziriam a sérias reflexões sobre a necessidade de ampliar a esfera do comércio interno

Em 1789, no governo de James Madison¹⁶, foi inserida a primeira lei aduaneira norte-americana. Apesar de serem impostas e taxas razoáveis à importação dos produtos manufaturados, os efeitos foram positivos, auxiliando ao crescimento da nação nos setores de manufatura, comércio e agricultura. Entretanto, essa proteção demonstrou-se inadequada, em efeito das suas leves taxas era facilmente inutilizado pelos manufatores ingleses, que contavam vantagem de seus métodos e processos de produção mais elaborados. O Congresso elevou as taxas de importação sobre os produtos manufaturados a 15%, mas isso só ocorreu em 1804 quando foi obrigado, em face da ausência de receitas alfandegárias, a procurar novas fontes de receitas. Os norte-americanos estavam esgotando seus argumentos em favor do protecionismo, enquanto os ingleses continuavam a defender o livre comércio (LIST, 1983).

List (1983) ressalta que em 1828 as tarifas de importação dos Estados Unidos voltaram a ser majoradas e o setor industrial cresceu de forma inacreditável, principalmente na manufatura do algodão e da lã. A miséria, a brutalidade e o crime eram desconhecidos entre a população manufatureira dessa nação. Pelo contrário encontrava-se a mais rigorosa moralidade e decência por parte dos trabalhadores na manufatura.

Em 1832, aprovou-se uma nova lei alfandegária beneficiando especificamente o ferro e o setor têxtil com elevadas taxas de proteção de 40% do valor das mercadorias. Os períodos seguintes entre 1846 e 1861 foram rotulados como “protecionismo moderado”, isso porque, a lei de 1846 trouxe uma redução no protecionismo, ainda que o imposto médio *ad valorem* sobre as 51 categorias mais importantes de bens importados continuasse sendo 27%. Houve uma redução em 1857, dessa vez viabilizada pela aliança dos democratas com os fabricantes de roupas, que queriam incluir a lã crua na lista livre, e com interesses das ferrovias, que queriam o ferro importado isento de tarifas. Todavia, esse protecionismo foi considerado moderado apenas nos padrões históricos dos Estados Unidos (CHANG, 2004). Comparando-se com as taxas praticadas por Reino Unido e Alemanha, informadas na Tabela 1(p. 42), revela-se um protecionismo elevado.

No início do século XIX, os Estados Unidos não só foram os mais fortes defensores das políticas protecionistas, como também a sede intelectual desse pensamento. Na época, os intelectuais norte-americanos tinham convicção de que um país novo exigia condições econômicas diferentes do Velho Mundo (CHANG, 2004).

O Quadro 5 resume as principais afirmações dos autores consultados.

Quadro 5: O desenvolvimento das forças produtivas dos Estados Unidos

¹⁶ Presidente dos Estados Unidos (1809 a 1817).

Autores	Ano	Agricultura	Indústria	Comércio
List	1983/86	- lã; - Algodão; - Terras não cultivadas e algumas não mensuradas em seu território fértil.	- Manufatura da lã e do algodão.	- Elevadas taxas alfandegárias; - Administração por um Estado Atuante.
Hamilton	2009	- lã; - Algodão; - Território fértil, virgem e inabitado.	- Manufatura da lã e do algodão.	Forte proteção, com um Estado atuante.
Philip	1980	- Valorização em novas terras.	- Ramos têxtil. - Caminhos de ferro. - Indústria Química. - Vias férreas transcontinentais.	- Equilíbrio entre o Estado e o Governo Federal, fez com que adotassem medidas protecionistas.
Hobsbawm	1977	- Algodão bruto.	- Ferrovia transcontinental.	- Fortes medidas protecionistas.
Chang	2004	-	Manufatura de produtos têxteis e ferro.	- Fortes medidas protecionistas.
Freeman	2008	- Dotação de recursos naturais; - Pesquisa na área agrícola.	- Ferrovias; - Manufatura de ferro e aço; - Intensificação de capital e gerenciamento de fluxos de produção em larga escala.	-

Fonte: Elaborado pelos autores.

4.3 Discussão

Conforme List (1983), após o Tratado de Gand¹⁷, o Congresso decretou que as taxas alfandegárias fossem aumentadas de 100%; e durante o período de vigência desta política o país continuou a prosperar. Entretanto, o próprio Congresso, coagido pelos poderosos interesses privados que se opunham aos manufatores nacionais, e convencido pelos argumentos dos teóricos da economia, resolveu, no ano de 1816, fazer uma considerável redução nas taxas aduaneiras, causando os mesmos efeitos de 1786-1789, ou seja, a ruína das manufaturas, a falta de mercado para a produção nacional, queda no valor da propriedade e calamidade geral entre os proprietários de terras.

O protecionismo só trará benefício para a prosperidade na medida em que corresponder ao grau de desenvolvimento industrial da respectiva nação, o protecionismo exagerado é nocivo; as nações só podem chegar a possuir uma grande forma manufatureira gradualmente (LIST, 1983).

Na perspectiva de Chang (2004), a indústria americana no século XIX não precisava de toda proteção de que dispôs, e muitas tarifas perduraram mais do que foram úteis. Também cabe destacar o papel desempenhado do governo no desenvolvimento infraestrutural e no apoio em P & D.

¹⁷ Ao final da Guerra de 1812 (1812-1814) fixava a fronteira norte com o Canadá, domínio inglês.

Para Freeman (2008), outro aspecto que caracterizava a economia política norte-americana eram os esforços dos empresários no aumento de escala dos processos de produção e na inovação de maquinários e de sistemas produtivos projetados para servir mercados muito grandes. A dimensão da infraestrutura de transportes e comunicação (ferrovia e telégrafos) que em meados do século XIX, permitiram aos Estados Unidos tirar proveito de sua ampla dotação de recursos naturais e seu vasto território para obtenção de suas economias de escala não foi encontrada em qualquer outro lugar do mundo.

Quadro 6: Semelhanças e complementos em relação à descrição da trajetória de desenvolvimento dos Estados Unidos da América.

Estados Unidos	
Pontos semelhantes a List	Os autores Philip (1980), Hobsbawm (1977), Chang (2004) e Freeman (2008) convergem com List quanto aos estágios de desenvolvimento da nação, apresentando o conflito política norte-sul, o desenvolvimento dos transportes, o potencial promissor de um território e uma população em expansão e a política de forte proteção alfandegária.
Complementos aos relatos de List	Freeman (2008) acrescenta que já na primeira metade do século XIX ocorreu uma intensificação de capital e capacitações organizacionais para explorar a dimensão e a comunicação continental, iniciando-se a produção e distribuição em larga escala. Chang (2004), a partir do estudo do desenvolvimento de outras nações, argumenta que a proteção tarifária tão elevada e persistente como a verificada nos Estados Unidos não seria necessária.

Fonte: Elaborado pelos autores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se uma significativa similaridade entre os conteúdos apresentados por List (1983, 2009) e as interpretações de historiadores econômicos posteriores. Percebe-se que a descrição de List (1983, 2009) é menos detalhada em alguns aspectos do que a produção, por vezes mais específica no objeto e no tempo, dos demais autores. Há elementos adicionais nos relatos dos autores mais modernos consultados que, a despeito de sua importância para a composição de um quadro referencial histórico, não configuram a identificação de uma realidade radicalmente distinta. Tampouco há em List (1983, 1986) lacunas a ponto de descharacterizar o grau de desenvolvimento das nações.

List (1983, 2009) teve o acesso aos relatos de Hamilton (2009), leu suas considerações sobre a importância dos investimentos de capital estrangeiro, e inclusive escreveu sobre a importância da Costa Leste dos Estados Unidos como porta de entrada do capital intelectual e material vindo da Europa. No entanto, esta é uma afirmação circunscrita aos Estados Unidos; List (1983, 2009) deu maior ênfase aos óbices impostos pela Inglaterra.

Entre os complementos aos relatos de List está o que dá conta de que se, por um lado, a Inglaterra com suas Leis de Navegação, poder naval e abertura de importações de matérias-

primas agrícolas procurava limitar o crescimento de outras nações, por outro, era fonte de transbordamento de conhecimentos produtivos e capital, bem como exemplo de sucesso com seu progresso industrial e sua estratégia comercial. Hobsbawm (1977) afirma isto reiteradas vezes e apresenta como exemplo a absorção de capital e mão de obra especializada europeia pela parte norte dos Estados Unidos; Philip (1980) relaciona os investimentos iniciais em ferrovias na Alemanha a capitais ingleses; e Freeman (2008) exemplifica um caso de transbordamento de conhecimento da Inglaterra para os Estados Unidos.

Atualmente há evidências de que a proteção tarifária não era tão importante para o desenvolvimento nacional como supunha List (1983). Embora ele percebesse que o processo de constituição das forças produtivas era bem mais amplo e profundo do que uma política de restrições às importações, em sua percepção a magnitude elevada e de aplicação regular durante longo período seria fundamental. Os dados apresentados por Chang (2004) revelam, para o caso da Alemanha, que a magnitude das tarifas não é necessariamente tão importante.

A descrição de List (1983, 1986) sobre a evolução agrícola da Alemanha, embora corroborada em linhas gerais pelos demais autores, não é claramente referenciada no tempo. Em parte isto se deve ao longo período de práticas feudais na organização da produção agrícola na Alemanha. Tilly (1978) e Philip (1980) proporcionam o acréscimo de informações objetivas, datadas, que permitem precisar que a agricultura esteve com sua produção condicionada a normativas feudais, principalmente no oeste da Alemanha, da Idade Média até a metade do século XIX. Em paralelo a isto, Philip (1980) informa que o setor industrial conservou essencialmente o regime do artesanato doméstico disperso pela província até 1860. O regime de artesanato é superado nesta data concomitantemente à substituição da lã pelo algodão na tecelagem.

REFERÊNCIAS

BUARQUE, C. Apresentação. In: **Sistema Nacional de Economia Política**. Tradução: BARAÚNA, L. 2^a Ed. Nova Cultural, São Paulo, 1979.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.. Sistemas de Inovação e Desenvolvimento: as implicações de política. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 34-45, 2005.

CHANG, H. J. **Chutando a escada. A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. Tradução: ARAÚJO, L.A.O. Editora UNESP, São Paulo, 2004.

COSTA, F. N. **Desenvolvimento do desenvolvimentismo: do socialismo utópico ao social-desenvolvimentismo**. Texto para discussão. IIE/Unicamp. Campinas, São Paulo. n. 205. 2012.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. 2^a Ed. Atlas, São Paulo, 2000.

FONSECA, P.C. D. **O pensamento econômico alemão no século 19**. Publicado no livro: HELFER, Inácio (org.) Os pensadores alemães dos séculos XIX e XX. EDUNISC, Santa Cruz do Sul, 2000. p. 9-19.

FREEMAN, C. **Technological infrastructure and international competitiveness. Industrial and Corporate Change**, v. 13, n. 3, p. 541-569, 2004.

_____. **A economia da inovação industrial.** Tradução: CAMPOS, A.L.S; COSTA, O.P. Ed. Unicamp, São Paulo, 2008.

HAMILTON, A. **Relatório sobre manufaturas.** In: Cartas da economia nacional contra o livre comércio. Tradução: GRUNEWALDT, V; LINO, G.L; RODRIGUES, J. Capax Dei, Rio de Janeiro, 2009.

HOBSBAWM, Eric. J. **A era do capital 1848-1875.** Tradução: COSTA, L.N. Digitalização: ARGO, 3^a ed. Rio de Janeiro, 1977.

_____. **A era das revoluções.** Tradução: TEIXEIRA, M. T. L; PENCHEL, M. Ed. Paz e Terra, 24^o Ed. Rio de Janeiro. 1977.

LIST, G. F.. **Sistema Nacional de Economia Política.** Tradução: BARAÚNA, L. Nova Cultural, São Paulo, 1983.

_____. **Sistema Nacional de Economia Política.** Tradução: BARAÚNA, L. 2^a ed. Abril Cultural, São Paulo, 1986.

LIST, G. F. Esboço de Economia Política Americana. In: HAMILTON, A; LIST, G. F; CAREY, H. **Cartas da economia nacional contra o livre comércio.** Tradução: GRUNEWALDT, V; LINO, G.L; RODRIGUES, J. Capax Dei, Rio de Janeiro, 2009.

PHILIP, A. L. **História dos factos económicos e sociais.** 2^a Ed. Moraes Editores, Lisboa. 1980.

TILLY, R. H. T. **The Cambridge Economic History of Europe; Capital Formation in Germany in the Nineteenth Century.** Ch. 3. Cambridge University Press, USA. 1978.